

Handwritten marks: a blue scribble, the number 17, and a blue asterisk.

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS, REALIZADA NO DIA OITO DE MAIO DE DOIS MIL E DEZANOVE**-----

----- **ATA NÚMERO DOZE**-----

----- (Mandato 2017-2021)-----

----- Aos oito dias do mês de maio de dois mil e dezanove reuniu, em sessão extraordinária, no Auditório do Lisboa Ginásio Clube, sito na Rua dos Anjos, número sessenta e três, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires (PS), coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Pedro Manuel Dias Louro (PS), e pela Segunda Secretária, Ana Cristina Pocinho (PS), com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- Ponto 1 – Período antes da ordem do dia;-----
- Ponto 2 – Discussão e autorização de celebração dos Contrato de Delegação de Competências e Contratos Interadministrativos entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios;-----
- Ponto 3 – 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2019;-----
- Ponto 4 – Análise, discussão, votação da 1ª Revisão Orçamental de 2019 e apreciação da 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimento de 2019.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

----- **Do Partido Socialista (PS):** Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, José Eduardo Matos, André Roma, Gustavo Caixinha.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** Maria Eugénia Saraiva Ferreira da Gama e Silva.-----

----- **Do Centro Democrático Social: Partido Popular (CDS-PP):** Frederico Sapage Lemos Mira Pereira.-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** Ana Júlia Ganço Filipe.-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra.-----

----- **Independentes:** Vítor Carlos Teles Fernandes.-----

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros:-----

----- Maria Lúcia Mittermayer Madureira Borges Leitão (PSD), que não justificou a sua ausência e foi substituída por Damião Martins de Castro.-----

----- José Manuel Cal Gonçalves (PSD), que não justificou a sua ausência e foi substituído por Paula Castela.-----

----- António Morgado Valente (PAN), que justificou a sua ausência e foi substituído por Catarina Francisco, que chegou às 22 horas e saiu sem assinar a Folha de Presenças.-----

----- Margarida Antónia Antunes Barata (BE), que justificou a sua ausência e foi substituída por Joana Pires Teixeira.-----

----- Ana Gabriela Naré Morais Freire (PS), que justificou a sua ausência e foi substituída por Paulo Matos.-----

----- Carla Cristina Barreto Madeira Silva (PS), que não justificou a sua ausência e foi substituída por Luísa Carvalho.-----

Handwritten marks in blue ink, possibly initials or a signature, located in the top right corner of the page.

----- Jorge Manuel André Rodrigues (PS), que justificou a sua ausência e não foi substituído.-----

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Margarida Cármen Nazaré Martins, Secretário - Vítor Manuel da Cruz Carvalho, Tesoureiro – Jorge Manuel Lavaredas Francisco, Vogal – Maria Adélia Pinto Caixinha, Vogal – Joaquim Maria Prada, Vogal – António José Serzedelo da Silva Marques.-----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros do Executivo:-----

----- Vogal - André de Jesus Gomes, que justificou a sua ausência.-----

----- Às vinte horas e dezasseis minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **Ponto 1 – Período antes da ordem do dia**-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, referiu que o PCP iria apresentar uma Moção.-----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

“-----**Moção**-----

-----**Contra a solução urbanística prevista para a parcela localizada na Avenida**-----

-----**Almirante Reis, 115 a 117A**-----

----- *Os terrenos adjacentes à Cervejaria Portugália encontram-se há muito tempo vazios, o que já foi alvo de discussão nesta Assembleia, no que respeita às questões de segurança.*-----

----- *A reconversão destes terrenos devolutos em termos urbanísticos é da máxima importância, devendo ser considerado o seu uso para habitação, especialmente a custos controlados.*-----

----- *Recentemente, a Câmara Municipal de Lisboa colocou um debate público a pedido, o pedido de licenciamento para uma operação urbanística que abrange o terreno devoluto e o imóvel da cervejaria e antiga fábrica de cerveja, projeto que, por não se enquadrar no PDM, exige consulta pública.*-----

----- *A solução apresentada passa, nomeadamente, pela construção de uma torre de 60,2 metros, a que correspondem dezasseis pisos e ainda a construção de cinco pisos abaixo da cota de soleira.*-----

----- *Considerando que:*-----

----- *A solução apresentada em termos de volumetria agride e descaracteriza a via mais importante da nossa Freguesia.*-----

----- *Em termos de altura tem um enorme impacto visual.*-----

----- *Que o recurso a materiais espelhados, ou metálicos afetam a temperatura das zonas envolventes.*-----

----- *Que a zona de Arroios, o Regueirão dos Anjos e a atual Avenida Almirante Reis é o que resulta de uma ribeira de importante caudal que até à sua canalização correu a céu aberto.*-----

----- *Que a construção de grandes edifícios com caves, na ausência do conhecimento das reais situações geológicas e hidrogeológicas, é um risco grande, não só em relação em termos sísmicos, mas também em alteração à humidade dos solos.*-----

----- *Que se desconhece o tipo de negócio que se encontra por trás do Fundo Imobiliário Sete Colinas, promotor do projeto.*-----

----- *As eleitas do Partido Comunista Português, na Assembleia de Freguesia de Arroios, propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão extraordinária, em 8 de maio de 2019, delibere:-----*

----- *1. Manifestar o seu desacordo com a solução urbanística proposta, a ser realizada em parcela localizada na Avenida Almirante Reis, 115 a 117A.-----*

----- *2. Dar conhecimento desta moção:-----*

----- *À Assembleia Municipal de Lisboa;-----*

----- *À Câmara Municipal de Lisboa.-----*

----- *Arroios, 8 de maio de 2019,-----*

----- *As eleitas do Partido Comunista Português, Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Ana Luísa Martins Pereira Mirra.”-----*

----- *Ainda sobre este tema, as eleitas do PCP gostariam de conhecer a posição do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios, se já a tivesse.-----*

----- **Membro Vítor Teles (Independente)**, referiu que, uma vez que a questão ambiental estava na ordem do dia, iria apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento de José de Almeida Fernandes, que fora o pioneiro do movimento ambientalista em Portugal.-----

----- *Apresentou o seguinte documento:-----*

----- *“-----Voto de Pesar-----*

----- ***José Almeida Fernandes, Pioneiro do movimento ambientalista de Portugal*** -----

----- *José de Almeida Fernandes formou-se em Ciências Biológicas, foi Professor universitário e esteve ligado a várias associações de defesa do ambiente, que ajudou a fundar.-----*

----- *Presidiu à Liga de Protecção da Natureza (LPN) a primeira organização dedicada à conservação da natureza da Península Ibérica, tendo igualmente presidido aos primeiros organismos públicos de defesa do ambiente, como a Comissão Nacional do Ambiente, criada em 1971 e ao Instituto de Conservação da Natureza.-----*

----- *Viveu a “investir nas gerações futuras” e deu “um enorme impulso ao movimento ambientalista”.-----*

----- *Morreu na madrugada de dia 29 de abril de 2019 um dos pioneiros das políticas públicas de ambiente em Portugal.-----*

----- *Biólogo de formação, tinha 87 anos, e tendo iniciado a sua carreira como investigador no Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 1975 passou a dedicar-se a tempo inteiro às políticas de ambiente, tendo desempenhado funções muito variadas quer como representante de Portugal em organizações internacionais, quer como consultor e adjunto de diferentes gabinetes ministeriais, quer como Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e, mais tarde, de um novo organismo que imaginou e montou, o Instituto de Promoção Ambiental, focado na educação ambiental.-----*

----- *Face ao exposto, não pode esta freguesia deixar de enaltecer publicamente, o seu prestimoso contributo em prol do Ambiente em Portugal.-----*

----- *Neste sentido o eleito Vítor Teles, em sessão extraordinária reunida a 8 de Maio de 2019, propõe à Assembleia de Freguesia de Arroios que delibere, nos termos do*

BR MA

disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na redacção em vigor: -----

----- Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de José Almeida Fernandes, endereçando à família e amigos as suas condolências. -----

----- Lisboa, 8 de Maio de 2019,-----

----- O eleito independente, Vítor Teles.” -----

----- Em seguida, apresentou uma recomendação de proibição do uso de plástico em eventos públicos na Freguesia de Arroios. -----

----- Apresentou o seguinte documento, constando o mesmo em anexo:-----

“-----**Recomendação** -----

----**Proibição do uso de plásticos em eventos públicos na Freguesia de Arroios, em----**  
-----**defesa do ambiente em Arroios**-----

----- Considerando que: -----

----- A ONU enumerou em 2018 a “Poluição por Plástico” como uma das seis ameaças ambientais que o Mundo tem de encarar de frente; -----

----- Considerando o recente estudo realizado pelo Global Assessment Report das Nações Unidas cujas conclusões são arrasadoras para o Planeta, e que apontam para o perigo da continuação da sociedade humana devido ao declínio acelerado dos sistemas naturais de suporte da vida humana; -----

----- Considerando que é a nós que nos cabe zelar pelo legado ambiental que vamos deixar às gerações futuras, responsabilidade de que não nos podemos eximir; -----

----- Considerando o excessivo uso e abuso de material plástico em todos os eventos sociais em espaços públicos da Freguesia de Arroios, situação que é urgente combater de forma a que paulatinamente se vá reduzindo esta ameaça ambiental, devendo-se promover o uso de alternativas sustentáveis; -----

----- Considerando que a Freguesia de Arroios é um lugar de TODOS e para TODOS, e sobretudo um LUGAR DE FUTURO; -----

----- Neste sentido o eleito Vítor Teles, em sessão extraordinária reunida a 8 de Maio de 2019, propõe à Assembleia de Freguesia de Arroios que delibere, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na redacção em vigor, recomendar à Junta de Freguesia que: -----

----- A partir de Maio de 2020 inclusive, e com efeito já nas festas da Cidade em Lisboa em 2020, determine a proibição do uso de copos de plástico e de outros objectos de plástico ligados ao consumo de bebidas, em todos os eventos públicos promovidos e/ou patrocinados pela Junta de Freguesia e que sejam realizados em espaços públicos de toda a Freguesia de Arroios. -----

----- Lisboa, 8 de Maio de 2019,-----

----- O eleito independente, Vítor Teles.”-----

----- Esclareceu que esta Recomendação se revestia de um ponto simbólico, que era uma mensagem que a Junta de Freguesia de Arroios e todos tinham de passar para as gerações futuras. -----

----- Acrescentou que, mesmo sabendo que não se resolvia o problema ambiental com copos de plástico, a mensagem de que nos eventos públicos da Freguesia de Arroios não seriam permitidos copos de plástico era uma mensagem que perduraria. -----

*Handwritten initials in blue ink, possibly 'SK' and 'MS'.*

----- Finalmente, afirmando que no início dos mandatos tinham sido criadas seis comissões, lembrou que três tinham ficado inoperantes e desafiou a Senhora Presidente da Assembleia e os colegas da Assembleia de Freguesia a criar uma comissão destinada a levantar os problemas ambientais da Freguesia, para encontrar soluções alternativas de sustentabilidade do ambiente, nomeadamente, no sentido de impedir que a vasta documentação necessária para cada Assembleia de Freguesia - que seria mais de uma resma de papel - fosse impressa a papel. -----

----- Disse ainda que era urgente unirem-se esforços para que, em conjunto, se apresentassem junto da Junta de Freguesia de Arroios propostas para melhorar o ambiente. -----

----- **Membro Damião de Castro (PSD)**, dado que na Assembleia anterior tinha saído antes do fim, visto que a mesma se tinha prolongado para lá da meia-noite, pediu à Presidente da Assembleia que fosse feito um esforço para que a presente Assembleia terminasse antes da meia-noite. -----

----- Apesar de não querer pronunciar-se sobre a moção do PCP – porque não lhe competia fazê-lo - quis clarificar duas coisas. Assim, afirmou que não era verdade que o projeto da solução urbanística, proposto para a parcela localizada na Avenida Almirante Reis, 115 a 117A, violava o PDM. Mais, avisou que, com o fim da pista 17/35 do aeroporto, decretado pelo Governo e, portanto, com o fim da passagem de aviões na zona da Penha de França e de Arroios, iriam começar a existir prédios em altura na Almirante Reis, no Areeiro e nestas zonas. -----

----- Sem condenar ou aprovar o projeto, referiu que tinha vivido muitos anos naquela zona e que a situação, tal como estava, era degradante até para a saúde e que, nesse sentido, seria importante que a Assembleia não bloqueasse o projeto, até porque, o mais importante era propor alternativas. -----

----- **Membro José Eduardo (PS)**, disse que queria apresentar um Voto de Saudação a propósito do 69º aniversário da Declaração Schuman. -----

----- Apresentou o seguinte documento, constando o mesmo em anexo:-----

“-----*Voto de Saudação*-----

-----*Ao 69º Aniversário da Declaração Schuman*-----

----- *Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios associam-se à celebração do Dia da Europa que se comemora a 9 de maio, assinalando os 69 anos da Declaração Schuman.* -----

----- *A Europa, que ao longo da sua história foi fustigada por inúmeros conflitos bélicos entre as suas nações, é hoje palco comum de cooperação, democracia e paz. As diferenças que outrora eram justificação para a guerra, são hoje condição para a tolerância que aproxima os países e os faz prosperar em conjunto.* -----

----- *Contudo, os valores da União Europeia não devem ser dados como adquiridos. É preciso estar cada vez mais atento aos populismos nacionalistas que querem recuar no tempo, destruindo as pontes que a Europa ergueu para construir muros velhos, trincheiras que não raramente põem em causa a democracia, a livre circulação de pessoas e bens, a liberdade religiosa e tantos outros direitos fundamentais com que a União Europeia curou um continente amputado e faminto.* -----

RR AA

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em 8 de maio de 2019, delibera saudar o 69º aniversário da Declaração Schuman de 1950 e desta forma associar-se às celebrações do Dia da Europa. -----

----- Por fim, aproveitamos para apelar à participação nas próximas eleições europeias de dia 26 de maio, independentemente da intenção de voto ou ideologia, pois a Europa foi, é, e será sempre, aquilo que os europeus quiserem! -----

----- Assembleia de Freguesia de Arroios, 8 de maio de 2019, -----

----- Os eleitos do Partido Socialista, Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, José Eduardo Matos, Paulo Matos, Pedro Louro.” [algumas assinaturas são impercetíveis pelo que não é possível perceber, na totalidade, quem assinou o documento] -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, deslocou-se ao púlpito para prestar um esclarecimento. Referiu que gostaria de saber quais eram as três comissões que o membro da Assembleia Vítor Teles tinha referido que estavam inoperantes. Isto porque, apesar da maioria das comissões não terem tido qualquer reunião ou trabalhos, não lhe parecia que estivessem inoperantes. Fez notar ainda que todas as comissões, nomeadamente a da ação e cultura, a da juventude e a do regimento, eram importantes e que por isso se deviam manter. Finalmente, disse que não estava contra a comissão do ambiente. -----

----- Sobre o projeto da solução urbanística proposto para a parcela localizada na Avenida Almirante Reis, 115 a 117A, disse que, apesar do buraco que existia naquele momento não servir ninguém, as eleitas do PCP estavam contra esse projeto. Mesmo tendo em conta o fim da pista 17/35 e a possibilidade de poderem vir a existir prédios em altura na Avenida Almirante Reis e nas zonas circundantes, aditou que se devia recusar prédios dessa altura, dada a existência de zonas de Lisboa com solos de características particulares e porque Lisboa era uma cidade com forte tendência sísmica. Notou também que - ao contrário do que se dizia - não acreditava que nos prédios de grandes dimensões se fizesse de facto uma construção antissísmica. -----

----- **Membro Vítor Teles (Independente)**, admitindo que talvez não se tivesse expressado bem, dirigiu-se ao membro da Assembleia Fernanda Lacerda, para dizer que se estava perante uma questão de semântica, dado que “inoperante” era algo que não chegou a produzir o efeito esperado. Nesse sentido, referiu que a criação de uma Comissão do Regimento não tinha produzido o efeito esperado porque a Comissão não tinha produzido nenhum regimento, apesar dele mesmo ter apresentado, no dia 2 de fevereiro, a proposta de regimento, que a Comissão da Cultura e a Comissão do Comércio nunca tinham chegado a funcionar e que a Comissão do Acompanhamento dos Trabalhadores Precários tinha desaparecido, por natureza, apesar de ter cumprido aquilo que era suposto. -----

----- Em relação à Moção do PCP, “Contra a solução urbanística prevista para a parcela localizada na Avenida Almirante Reis, 115 a 117A” e tendo em conta que o aviso para esta construção tinha sido publicado no dia 18 de abril e que na Assembleia anterior, o PCP não tinha levantado qualquer problema, questionou o Partido Comunista sobre o que é que tinha feito para esclarecer os fregueses de Arroios, para que participassem na discussão pública desta questão, quando faltavam apenas dois dias para o seu fim. Isto,

porque na sua opinião, não adiantava fazer-se uma Moção, ou protestar, se de facto, os fregueses de Arroios não tinham participado naquele processo de discussão pública. ----

----- **Membro Damião de Casto (PSD)**, afirmou que o PSD só ali estava para corrigir a Moção. Disse que o Fundo Imobiliário Sete Colinas tinha capital do Estado – a Caixa Geral de Depósitos, o Banco de Portugal, a Gulbenkian – e que agora era alemão. Posto isto, na sua opinião, agora tinha voltado às origens, tal como estava em 1917, porque a Germânia tinha dado origem à Portugália. -----

----- **Ana Júlia Filipe (BE)**, comunicou que o Bloco de Esquerda concordava, e votaria favoravelmente a Moção apresentada pelo Partido Comunista, na medida em que o Bloco de Esquerda era contra a construção do prédio de dezassete andares. Entendiam que não era o desenho urbano que esta parte da cidade exigia, apesar de concordarem que era preciso pensar-se responsabilmente as manchas urbanísticas por resolver na cidade, como por exemplo, o antigo hospital da Praça do Chile. Assim, aditou que tinha muitas dúvidas se uma torre de dezassete andares seria a melhor resposta aos interesses da população. -----

----- Independentemente do prazo para a discussão pública acabar dentro de dois dias e de não se saber se os municípios tinham intervindo ou não, a eleita do BE lembrou que deveria haver uma ponderação das intervenções públicas, realizada pela Câmara Municipal de Lisboa e assim poder-se-ia saber qual era a posição dos fregueses. -----

----- Finalizando, referiu que a Assembleia podia tomar uma posição se assim o entendesse. Neste sentido, recordou que já tinha havido Assembleias de Freguesia que tinham tomado posições relativamente a projetos urbanísticos nos seus territórios. A título de exemplo referiu a Junta de Freguesia de São Vicente e a Junta da Misericórdia, relativamente a propostas que tinham abrangido a vista dos miradouros. -----

Relativamente às propostas apresentadas pelo membro Vítor Teles, nomeadamente a questão do plástico, questionou se se estava a referir apenas a plástico descartável, ou não. Sobre a questão da redução da quantidade de papel impresso para as Assembleia de Freguesia, perguntou se essa era uma proposta para agora, ou apenas algo a pensar no futuro. -----

----- Por fim, interpelou o Executivo da Junta de Freguesia de Arroios no sentido de saber se a mesma já tinha tido, ou não, oportunidade de se manifestar junto da Câmara Municipal de Lisboa sobre a questão do prédio no terreno junto à Portugália. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)**, sobre as questões levantadas pelo membro Vítor Teles relativamente ao porquê do PCP só estar a levantar naquele momento um problema em relação ao projeto da solução urbanística proposto para a parcela localizada na Avenida Almirante Reis, 115 a 117A, esclareceu que o Partido Comunista Português apresentava moções que eram fruto de um trabalho feito coletivamente e que, apesar de não terem conseguido reunir os municípios para discutir esta questão tão perto do prazo, aquele assunto já tinha sido levantado, havia algum tempo, pelo PCP, assim como por fregueses do público. Para confirmar isso, referiu, que bastava encontrar as atas de Assembleia, daquele mandato ou do anterior. -----

----- Reiterou que o Partido Comunista Português não se tinha lembrado de levantar aquele assunto apenas naquela altura, porque já andava a discutir a questão havia algum tempo e que já tinha alertado no passado para o problema do buraco e da paisagem. ----

*PK* *NA*

----- Disse que compreendia que, sobre esta situação, havia uma questão ideológica que separava a Assembleia, mas que, no entanto, não era preciso um prédio de dezasseis andares naquela parte da cidade, ainda para mais, quando se sabia qual ia ser o futuro daqueles andares. Assim, referiu que se fosse para dar habitação aos estudantes da cidade, ou para os idosos, ainda se poderia entender. Sobre isto, acrescentou que havia muitos imóveis por habitar e que, quando pensava naquele projeto, se recordava da terra natal da sua mãe, a Figueira da Foz, aonde, na marginal, existia umas torres enormes que estavam todas desabitadas, eram tristes e que paisagisticamente eram uma vergonha.-----

----- Relativamente à questão das comissões, também enunciada pelo membro Vítor Teles, fosse ela semântica ou não, pensava que era preciso entender, até com as demissões que tinham acontecido, o que é que ia acontecer às mesmas. Sobre isto, referiu que ia ser preciso reunir novamente para se chegar a bom porto e eleger novos membros. Finalmente, realçou a Comissão para o Bem-Estar Animal que, apesar de ter funcionado, estava naquela altura parada.-----

----- Relativamente ao percurso de manutenção falado na Assembleia anterior, relativamente ao pedido que tinha sido feito no sentido de se colocarem mais aparelhos de exercício aditou que com a iluminação, também no Jardim Campo Mártires da Pátria, era possível que os aparelhos não fossem danificados.-----

----- Finalizando, comunicou que tinha reparado no trabalho inglório dos funcionários da Junta que tentavam alertar as pessoas de que era proibido alimentar os patos com restos, porque às vezes ouviam respostas tortas, porque não havia informação. Assim, sugeriu a colocação de placas de proibição, de aviso e de informação relativas aos limites em relação aos animais.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, interveio para esclarecer que era proibida, pelo regulamento da Câmara Municipal de Lisboa, a alimentação dos animais na via pública. Por isso, não era necessário pôr placas, até porque as placas, geralmente, tinham um efeito contrário àquilo que se pretendia.-----

----- **Membro Vítor Teles (Independente)**, respondendo ao membro Ana Júlia Filipe, disse que a questão do plástico descartável tinha sido antecipada para 2020. Assim, referiu que a União Europeia tinha imposto a eliminação do plástico até 2021 e que o Governo Português tinha antecipado essa meta para 2020 e, posto isto, era nesta consonância que se devia transmitir a mensagem da proibição do plástico em eventos públicos.-----

----- Em relação às comissões, afirmou que só tinha dito que havia três comissões que estavam inoperantes e que o repto deixado tinha sido para que se criasse uma nova comissão destinada às questões ambientais, não querendo com isto arranjar nenhuma guerra, nem com o Partido Comunista Português, nem com as comissões que estavam em funcionamento.-----

----- Relativamente à pergunta que tinha colocado ao PCP sobre a Moção, acrescentou que, uma vez que se ia votar a Moção, apenas tinha perguntado o que é que o Partido Comunista tinha feito concretamente e que ações tinha tomado, para divulgar, junto dos fregueses de Arroios, o aviso público relativamente ao edifício em questão.-----



----- **O Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas**, relativamente às questões colocadas pelo membro Vítor Teles - que tinham a ver com área ambiental - referiu que a Junta de Freguesia de Arroios tinha colocado no seu plano de atividades a realização de um plano integrado e de ações concretas, relacionadas com a área da sustentabilidade ambiental na Junta de Freguesia de Arroios, que se ia iniciar em maio. Acrescentou que o Executivo estava completamente disponível e interessado em dialogar com todos os partidos, para que esse plano integrasse todas as medidas que fossem adequadas e que se concretizassem no terreno. -----

----- Sobre a questão do plástico, afirmou, sem certeza, que nos eventos que eram licenciados pela Junta de Freguesia de Arroios, já havia indicação para que não fosse utilizado plástico. De qualquer forma, afiançou, existia a orientação, por parte do Executivo, para isso não acontecer no futuro. Reiterou a pertinência da recomendação em causa, não só nos eventos, mas nos próprios serviços da Junta para se dar o exemplo naquilo que era a utilização de plástico nas atividades e serviços da Junta. -----

----- Sobre a questão da Moção do PCP e das questões que tinham sido colocadas, quer pelo PCP, quer pelo Bloco, relativamente à posição do Executivo da Junta sobre esta matéria, disse que parte dos considerandos da Moção do PCP - salvo melhor opinião - levariam à conclusão de que o País não funcionava de todo. Isto, porque se havia questão que não preocupava o Tesoureiro do Executivo num novo edifício a contruir na Almirante Reis - tivesse quatro andares, ou dezasseis - era a questão sísmica. Porque, quer ao nível do Regulamento de Segurança em Ações, quer na fiscalização, quer nos projetos, hoje em dia era impensável que um edifício com estas características não tivesse estudos geotécnicos e sondagens. Portanto, a questão sísmica era preocupante na Almirante Reis, tal como noutras zonas - como as Avenidas Novas - no caso dos edifícios dos anos 50. Finalizando, aditou que no novo edifício essa questão não retirava valor ao projeto. -----

----- Seguidamente, comunicou que a Junta de Freguesia de Arroios tinha solicitado, no início daquela semana, uma reunião de urgência com a Câmara Municipal de Lisboa, que ia acontecer na semana seguinte, para conhecer em detalhe todos os aspetos que podiam não ser completamente conhecidos relativamente ao projeto, ainda antes de uma sessão pública que ia existir no Mercado do Forno Tijolo. Visto que havia aspetos que não eram conhecidos, não seria muito correto que a Junta de Freguesia de Arroios se pronunciasse contrariamente, ou favoravelmente, a um projeto que tinha aspetos que precisavam de ser clarificados. Depois dessa clarificação, garantiu que a Junta de Freguesia de Arroios não teria qualquer problema em tomar as posições que julgasse melhor defenderem as populações. -----

----- Esclareceu que não existia ali uma questão ideológica. Assim, explicou que o Partido Socialista era um partido ideologicamente social-democrata e, portanto, liberal do ponto de vista político e não do ponto de vista económico, mas que respeitava a propriedade privada e respeitava a iniciativa privada e também se preocupava com a defesa de aspetos essenciais, nomeadamente a habitação. Posto isto, assumiu que o Executivo não tinha uma postura ideológica - no sentido dogmático - porque perante os projetos em concreto tinha que perceber o que era melhor para a Freguesia. Nesse

sentido, o Executivo iria tomar uma posição sobre o projeto quando se conhecessem mais detalhes.-----

----- Relativamente à situação da alimentação indevida dos patos, reiterou que não era permitido alimentar os animais, e que o Executivo não se opunha a que fossem colocadas placas indicativas desse facto.-----

----- Para concluir, em relação à Recomendação do membro Vítor Teles, relativamente à celebração do dia contra a homofobia e transfobia, apresentada na Assembleia de 29 de Abril de 2019, referiu que a Junta de Freguesia de Arroios tinha deixado claro que, quando uma Moção era aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia, seria estranho que a Junta de Freguesia de Arroios não desse continuidade ao espírito dessa Recomendação e que, portanto, o dia seria assinalado. -----

----- **Membro Damião de Castro (PSD)**, dirigiu-se ao púlpito para clarificar que se estava em Assembleia de Freguesia e que as votações eram dos membros da Assembleia da Freguesia e, portanto, os membros do Executivo apenas respondiam às perguntas, nada tendo a ver com as votações feitas pela Assembleia.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas**, interveio para defesa da honra. Assim, referiu que o Executivo podia dar a sua opinião sobre qualquer matéria discutida na Assembleia de Freguesia e, portanto, que não se ia limitar desse ponto de vista. -----

----- Acrescentou que, sem esquecer isso, não tinha ideia que em algum momento tivesse tentado influenciar a votação da Assembleia sobre qualquer matéria e que apenas tinha dito que, no que respeitava ao prédio da Almirante Reis, o Executivo não poderia tomar uma posição definitiva sem conhecer, em concreto, as matérias de forma detalhada.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, interveio para se dirigir ao membro Damião de Castro, para dizer que talvez não valesse a pena continuar aquela discussão e que poderia haver outros momentos para aprofundar aquelas questões.-----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as moções, recomendações e os votos de louvor apresentados à mesa.-----

----- Submeteu à votação a **“Moção Contra a solução urbanística prevista para a parcela localizada na Avenida Almirante Reis, 115 a 117A”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 5 votos a favor (1 do PS, 2 do PCP, 2 do BE) e 13 abstenções (3 do PSD, 1 do CDS-PP, 1 do Independente Vítor Teles e 8 do PS).-----

----- Submeteu à votação o **“Voto de Pesar José Almeida Fernandes, Pioneiro do movimento ambientalista de Portugal”** apresentado por Vítor Teles (Independente), tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (9 do PS, 2 do PCP, 2 do BE, 1 do CDS-PP, 1 do Independente Vítor Teles) e 3 abstenções (PSD).-----

----- Submeteu à votação a **“Recomendação Proibição do uso de plásticos em eventos públicos na Freguesia de Arroios, em defesa do ambiente em Arroios”** apresentada por Vítor Teles (Independente), tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (9 do PS, 2 do PCP, 2 do BE, 1 do CDS-PP, 1 do Independente Vítor Teles) e 3 abstenções (PSD).-----

----- Submeteu à votação o **“Voto de Saudação ao 69º Aniversário da Declaração Schuman”** apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**,

com 13 votos a favor (9 do PS, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 do Independente Vítor Teles), 3 abstenções (PSD) e 2 votos contra (PCP).-----

----- Submeteu à votação a **“Proposta da criação de uma comissão ambiental”**, apresentada por Vítor Teles (Independente), tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (9 do PS, 2 do BE, 2 do PCP e 1 do Independente Vítor Teles) e 4 abstenções (3 do PSD e 1 do CDS-PP).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, tendo sido aprovada a criação da comissão ambiental, pediu que lhe fossem enviados os nomes que cada partido indicava para estar presente.-----

**Ponto 2 – Discussão e autorização de celebração dos Contrato de Delegação de Competências e Contratos Interadministrativos entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, esclareceu que a ideia era discutir os contratos em conjunto, mas votá-los separadamente.-----

----- **Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas**, referiu que, apesar das propostas, das minutas dos contratos e dos protocolos que estavam em discussão serem autoexplicativos, queria dar nota de algumas questões até porque seria importante que os fregueses presentes e que muitas vezes tinham mais dificuldade em aceder à documentação, pudessem saber o que é que estava a ser apresentado. -----

----- Assim, referiu que o executivo tinha trazido à Assembleia a proposta de aprovação de quatro Contratos de Delegação de Competências e um Contrato Interadministrativo de cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios, sendo que o primeiro, que correspondia à alínea a) do ponto 2 da ordem de trabalhos, dizia respeito a um acerto de valores dos Contrato de Delegação de Competências que tinham sido celebrados no mandato anterior, entre o Município e a Junta de Freguesia de Arroios, para a realização de um conjunto de intervenções, como a reabilitação de escadilhas do espaço público e de um conjunto de outras matérias, dado que tinha havido intervenções em que se tinha gasta menos do que o que estava previsto, havendo saldo disponível desse mesmo contrato, bem como outra intervenção que tinha acabado por não ser realizada, porque a Junta de Freguesia de Arroios, após uma avaliação mais madura, tinha considerado que não seria tão prioritário para a Freguesia a realização de uma das ações, concretamente, o quiosque da Rovisco Pais. --

----- Desta forma, em função do consumo e do barulho associado àquele tipo de equipamentos, que era muitas vezes considerado excessivo por parte de muitos moradores na zona envolvente do Técnico, o Executivo tinha proposto à Câmara Municipal de Lisboa não avançar com aquele quiosque - até perdendo receitas, porque a receita do quiosque reverteria a favor da Junta de Freguesia de Arroios - e realocar aquela verba para reforçar uma rubrica de um outro Contrato de Delegação de Competências que tinha a ver com o elevador do Forno do Tijolo. -----

----- Aditou também que o elevador do Forno do Tijolo tinha sido uma ação que estava prevista num CDC pelo valor de 202 mil euros, segundo se recordava. Acrescentou que tinha sido lançado um concurso público que tinha ficado deserto, porque os preços da construção estavam a subir e, portanto, o Executivo tinha proposto à Câmara Municipal de Lisboa realocar a verba do quiosque da Rovisco Pais para aquela ação, no sentido de

R 17A

se relançar o concurso com um preço mais adequado àquilo que era a realidade do mercado, conseguindo-se assim concretizar rapidamente aquela intervenção, que era muito importante para a Freguesia e para aquela zona em particular.-----

----- Referiu que na alínea b) se estava a falar da minuta de um Contrato de Delegação de Competências entre a Junta de Freguesia de Arroios e o Município de Lisboa para alargar as competências da Junta na manutenção de espaços verdes, a todo o talude do Monte Agudo. Era uma zona relativamente à qual, repetidamente, alguns fregueses, quer nas reuniões de Assembleia de Freguesia quer nas reuniões públicas do Executivo, tinham manifestado o seu desânimo pelo facto daquele talude não estar suficientemente tratado e, portanto, a Junta tinha proposto à Câmara Municipal de Lisboa ficar com a responsabilidade de fazer a manutenção de toda aquela área. O Contrato de Delegação de Competências visava materializar aquele acordo que, entretanto, tinha sido conseguido. -----

----- Informou que as alíneas c) e d) correspondiam a dois Contratos Interadministrativos de Cooperação, relativamente às vinte e quatro freguesias da cidade de Lisboa que se fundiam na convicção genérica, quer dos eleitos, quer dos eleitores, de que a situação da higiene urbana em Lisboa exigia uma ação mais musculada por parte dos poderes públicos. -----

----- Assim, referiu que o contrato da alínea c) considerava que aquele problema existia na generalidade do Município de Lisboa e, portanto, a Câmara Municipal de Lisboa tinha transferido uma verba adicional de 100 mil euros a cada junta de freguesia, sem nenhuma diferenciação, para se melhorar a prestação de serviços na área da higiene urbana. -----

----- Relativamente ao contrato da alínea d), explicitou que estava muito mais relacionado com a realidade concreta de Arroios que, devido ao número muito significativo de hotéis, de alojamento local, de turismos, de pendulares que viviam fora da freguesia e da própria dinâmica económica da freguesia, sofrera um aumento de pressão. Assim, tinha havido uma grande pressão por parte da Junta no sentido de haver mais financiamento, quer para investimento, quer para contratação de trabalhadores para fazer face àquilo que eram as necessidades da Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa dotou a Junta de Freguesia de Arroios - através do referido contrato de delegação de competência - de mais 815 mil euros para a área da higiene urbana. -----

----- Sobre o ponto anterior, acrescentou que a Junta de Freguesia de Arroios, em resultado do processo de descentralização que se iniciara no mandato anterior, recebera entre 800 e 900 mil euros da Câmara Municipal de Lisboa para a área da higiene urbana, mas que, no entanto, no orçamento da Junta de Freguesia de Arroios apresentado no final do ano anterior, a Junta já tinha alocado cerca de 1,2 milhões de euros a esta área, para investimento e contratação de meios humanos. -----

----- Finalmente, relativamente à alínea e), aditou que tinha sido um Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa feito com as vinte e quatro juntas de freguesia. Assim, a Câmara Municipal de Lisboa, percebendo que as juntas de freguesia conheciam melhor os territórios, e que por vezes tinham mais capacidade de agir que os serviços da própria Câmara, considerou que faria sentido dotar as juntas de

RA A/A

capacidade financeira para executarem projetos, nomeadamente ao nível do espaço público e de outros projetos importantes para a freguesia.-----

----- Ainda sobre este ponto, e agradecendo à equipa do espaço público da Junta, referiu que no ano anterior, esta equipa desenvolvera várias ideias e vários projetos e que a Câmara, depois de reconhecer a qualidade dessas ideias e projetos, tinha decidido, em conjunto com o Executivo, atribuir 3,1 milhões de euros à Junta de Freguesia de Arroios para a realização de projetos, ou de intervenções ao nível da acessibilidade pedonal no sentido lato: passadeiras acessíveis, passeios confortáveis e seguros, substituição de pavimentos em passeios. -----

----- Seguidamente, adereçou a questão do Programa Casa Aberta que era um programa que permitia, com pequenas intervenções, adaptar as habitações às condições de mobilidade de pessoas com dificuldades de mobilidade, ou com deficiência. Assim, disse que a Junta de Freguesia de Arroios tinha sido elogiada pela Câmara Municipal de Lisboa e pela equipa da Câmara Municipal de Lisboa que tratava do Programa Casa Aberta, pelas várias intervenções no âmbito daquele programa e que a Câmara, reconhecendo isso, tinha dado um impulso ao mesmo. -----

----- Ainda referente àquele Contrato de Delegação de Competências, referiu-se também a um conjunto de outras verbas, que podiam ser colocadas para a reabilitação da qualidade do espaço público de algumas zonas da Freguesia. No entanto, afiançou que nunca poderiam ser projetos de enorme dimensão, mas que, com projetos com alguma criatividade e pragmatismo, seria possível dar-se uma nova vida a algumas zonas, como por exemplo, o Regueirão dos Anjos, que era um tema repetidamente falado, entre muitos outros.-----

----- Ainda relativamente àquele contrato, comunicou que a Junta de Freguesia de Arroios fora a segunda junta à qual mais verba tinha sido atribuída, para a realização de ações. Obviamente isto tinha trazido alguma satisfação, na medida em que surgia do reconhecimento de que Arroios necessitava desse investimento e de que a Junta tinha capacidade de apresentar projetos interessantes. No entanto, trouxera também um desafio e uma responsabilidade enorme de se conseguir concretizar, no prazo e de acordo com as verbas estipuladas, aquele programa. -----

----- Finalmente e ainda sobre aquele Contrato de Delegação de Competências, falou de uma verba para a intervenção na Piscina de Arroios que, por decisão de Executivo, não reabriu no início de Setembro de 2018, porque tinha sido detetada, após análises internas e externas, uma situação complexa ao nível da cuba da piscina, assim como matérias que não estavam ainda devidamente calculadas, e que vinham do passado, nomeadamente, as tubagens de adução de água à própria cuba e a alimentação elétrica de todo o complexo. Para se dar mais segurança ao complexo, o Executivo considerou que devia haver uma segregação da alimentação elétrica, com a construção dum novo posto de transformação. No sentido de se resolver - de forma definitiva - todas as questões que ainda pendiam sobre a Piscina de Arroios, propôs-se à Câmara que fosse feita uma intervenção única de reforço estrutural da cuba. -----

----- Para finalizar, afirmou que, caso aquele Contrato de Delegação de Competências fosse aprovado pela Assembleia, estava preparado o procedimento para a contratação do projeto de execução do projeto integrado da Piscina de Arroios e, portanto, assim que

RR MA

aqueles instrumentos estivessem aprovados, ele avançaria de imediato. Informou também que, com o projeto de execução, seria lançado até ao último trimestre do presente ano um concurso público para a realização de empreitada geral da piscina, de forma a que a Piscina de Arroios, que era um equipamento muito importante, pudesse ser recolocado ao serviço dos fregueses. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, disse que as eleitas do PCP gostariam que fosse esclarecida uma questão relacionada com aquela celebração de contratos. -----

----- Assim, na “Proposta, nº8/2019” que se relacionava com a transferência de 3 milhões e 100 mil euros, referiu que, de acordo com a documentação anexa da minuta do contrato que fora entregue, o mesmo não correspondia ao contrato de 3 milhões e 100 mil euros, mas sim ao contrato anterior de 815 mil euros. -----

----- Sobre a distribuição destas verbas na primeira revisão, as eleitas do PCP afirmaram que gostavam de saber exatamente como ia ser feita a distribuição dos 3 milhões e 100 mil euros. Se por tranches, ou não, e se sim, como era que elas iam ser feitas.-----

----- **Membro Damião de Castro (PSD)**, perguntou ao Executivo se na alínea a), onde se lê “*minuta do aditamento do auto de delegação de competências para conclusão das obras não efetuadas*”, não seria, “para execução das obras não efetuadas”. -----

----- **Ana Júlia Filipe (BE)**, também no seguimento da documentação em falta no último ponto, apesar de perceber que havia uma série de programas sobre os quais era suposto haver delegação de competências e que a Junta de Freguesia de Arroios apresentaria projetos para a execução no âmbito desses programas, questionou quais eram os projetos que a Junta pretendia executar e como é que a apresentação desses projetos ia acontecer, qual era o procedimento que o Executivo estava a pensar adotar, dado que do Contrato de Delegação de Competências constavam apenas programas genéricos e não projetos específicos. -----

----- Concretizando, questionou o Executivo sobre se a apresentação dos projetos à Assembleia de Freguesia seria feita à medida que fossem avançando e a sua aprovação fosse feita com a Câmara, ou se iam ser publicados no *site*. Apresentou, a título de exemplo a questão das passadeiras, na medida em que se falara disso, mas não se dissera qual era a passadeira de que se estava a falar. -----

----- **Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas**, relativamente à questão colocada pelo membro Fernanda Lacerda, referiu que a mesma tinha razão, porque o anexo da alínea e) não correspondia ao anexo dos programas, mas correspondia a um anexo do contrato da higiene urbana. Acrescentou que aquele contrato tinha seis subprogramas, o Programa Bairro 100% Seguro, Escola 100% Segura, o Casa Aberta, Reabilitação do Espaço Público, Equipamentos Desportivos e Projetos Especiais, pelos quais se dividiam os 3,1 milhões de euros. -----

----- Relativamente ao Programa Bairro 100% seguro, referiu que eram intervenções associadas a pavimentos pedonais e melhoria da acessibilidade pedonal e que lhe estavam destinados 1,1 milhões de euros. Para o Programa Casa Aberta estavam destinados cerca de 240 mil euros. O Programa que tinha a ver com os equipamentos desportivos estava exclusivamente dedicado ao complexo da piscina, e - se bem se recordava - tinha um valor de 440 mil euros. Ao programa que tinha a ver com a

reabilitação do espaço público estavam destinados 700 mil euros. Depois, havia um programa de projetos especiais que era o que sobrava de todos os valores referidos, para os 3,1 milhões de euros. Ainda sobre isto, afiançou que fora pedido aos serviços que fizessem chegar a todos os grupos, aquele anexo detalhado, porque ele fazia parte da proposta.-----

----- Afirmou que aquele contrato tinha uma abrangência elevada e, a propósito do que dissera o membro Ana Júlia Filipe, quis deixar um compromisso por parte do Executivo no sentido de poder reunir com todos os partidos presentes na Assembleia, individual ou coletivamente, não só para se discutir e apresentar as propostas do Executivo, relativamente aos projetos que seriam implementados, mas também para receber os contributos de cada um dos elementos da Assembleia, dado o conhecimento alargado que tinham sobre a Freguesia.-----

----- Disse também que a concretização de cada um dos projetos caberia ao Executivo, em colaboração com a Assembleia, e seguiria os procedimentos normais na contratação pública, que eram procedimentos com toda a transparência.-----

----- Relativamente à questão colocada pelo membro Fernanda Lacerda sobre se a distribuição dos 3 milhões e 100 mil euros seria feita por tranches e nesse caso como, respondeu que havia uma primeira tranche para garantir tesouraria às juntas de freguesia e para garantir que houvessem condições para que, logo que se começassem a fazer as intervenções, se conseguisse pagar aos empreiteiros, porque os processos de faturação dos empreiteiros à junta e de submissão da Junta à Câmara Municipal de Lisboa eram burocráticos. Assim, para não se prejudicar a capacidade de execução da Junta, o Município transferia uma verba inicial, que pensava ser cerca de 40% do valor total do contrato. Depois, há medida que as intervenções fossem sendo executadas, a Câmara iria entregando os valores, já não em tranches definidas, mas através de uma metodologia, expressa no anexo ao contrato, de reporte e monitorização da execução das intervenções, com relatórios periódicos.-----

----- Já nos outros contratos, por exemplo no contrato da higiene urbana, referiu que as tranches estavam expressas no próprio contrato e eram cerca de 200 mil euros por trimestre e que, portanto, era uma mecânica mais fixa.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação os Contratos de Delegação de Competências e os Contratos Interadministrativos entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios.-----

----- Submeteu à votação a alínea a) do Ponto 2 **“Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Adenda ao Contrato de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios, bem como a aprovação da respetiva minuta de Adenda”**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 13 votos a favor (9 do PS, 2 do PCP, 1 do CDS-PP, 1 do Independente Vítor Teles) e 5 abstenções (3 do PSD e 2 do BE).-----

----- Submeteu à votação a alínea b) do Ponto 2 **“Autorização para celebração do Contrato de Delegação de Competências na Freguesia de Arroios – Miradouro do Monte Agudo – promover a manutenção e regeneração, de espaços verdes e áreas expectantes na área geográfica da freguesia, com vista a contribuir para o aumento do potencial ecológico e de biodiversidade da cidade, mas também para a melhoria**

DK RA

da qualidade do espaço público, para usufruto da população”, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 15 votos a favor (9 do PS, 2 do PCP, 2 do BE, 1 do CDS-PP, 1 do Independente Vítor Teles) e 3 abstenções do PSD. -----

----- Submeteu à votação a alínea c) do Ponto 2 “Autorização para celebração do Contrato Interadministrativo com a Freguesia de Arroios – Minuta no âmbito da Proposta nº003/CM/2019 – aprovação da celebração de Contratos Interadministrativos de cooperação relativamente às 24 freguesias da cidade de Lisboa para otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana com incidência na limpeza das vias e espaços públicos na freguesia”, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 15 votos a favor (9 do PS, 2 do PCP, 2 do BE, 1 do CDS-PP, 1 do Independente Vítor Teles) e 3 abstenções do PSD. -----

----- Submeteu à votação a alínea d) do Ponto 2 “Autorização para celebração do Contrato de Delegação de Competências na Freguesia de Arroios ao abrigo da Proposta nº 004/CM/2019 – Celebração de Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e as 24 Freguesias de Lisboa para recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, ecopontos subterrâneos, vidrões e outros equipamentos de deposição de resíduos”, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 15 votos a favor (9 do PS, 2 do PCP, 2 do BE, 1 do CDS-PP, 1 do Independente Vítor Teles) e 3 abstenções do PSD.

----- Submeteu à votação a alínea e) do Ponto 2 “Autorização para celebração do Contrato de Delegação de Competências na Freguesia de Arroios - Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e as 24 juntas de freguesia da cidade de Lisboa, bem como a respetiva afetação de recursos financeiros e minutas de contrato, nos termos da proposta, que prevê, atendendo a que Lisboa foi distinguida como Capital Verde Europeia 2020, ao abrigo da Proposta nº 88/CM/2019 para intervenção no âmbito do Programa Bairro 100% Seguro, Programa Escola 100% Segura, Programa Requalificação de Equipamentos/Espaço Público, Programa Casa Aberta – Habitação, Programa Equipamentos Desportivos, Programa Direitos Sociais, Programa Projetos Especiais, para a Freguesia de Arroios”, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 13 votos a favor (9 do PS, 2 do PCP, 1 do CDS-PP, 1 do Independente Vítor Teles) e 5 abstenções (3 do PSD e 2 do BE). -----

----- **Ponto 3 – 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2019** -----

----- O Secretário do Executivo Vítor Carvalho, afirmou que a alteração ao Mapa de Pessoal que o Executivo propôs à Assembleia aconteceu porque eram precisos recursos humanos dada a aprovação dos Contratos de Delegação de Competências que acabavam de ser aprovados, e devido a algumas mobilidades internas e externas que tinham ocorrido desde a aprovação do Mapa do Pessoal em Dezembro de 2018.-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o Ponto 3 “1ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2019”, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por



DK ATR

unanimidade. [Na presente votação apenas estavam presentes 17 membros da Assembleia, tendo-se ausentado da mesma o membro Frederico Sapage (CDS-PP)] -----

----- **Ponto 4 – Análise, discussão, votação da 1ª Revisão Orçamental de 2019 e apreciação da 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimento de 2019** -----

----- O Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas, iniciou a sua intervenção esclarecendo a questão relativa ao anexo, colocada pelo membro Fernanda Lacerda, até porque se ligava diretamente com a revisão orçamental. Assim, referiu que estava previsto no CDC 1 milhão, 120 mil e 333 euros para o Programa Bairro 100% Seguro, 17 mil e 833 euros para o Programa Escola 100% Segura - ainda que o Executivo fosse da opinião que ia ter que haver alguma transferência do Programa Bairro 100% Seguro para este último, porque o valor era relativamente baixo -, 721 mil e 337 euros para o Programa Requalificação de Equipamentos/Espaço Público, 206 mil e 833 euros - e não 240 mil euros como tinha sido dito - para o Programa Casa Aberta – Habitação, 446 mil e 833 euros para o Programa Equipamentos Desportivos, 586 mil e 833 euros para o Programa Projetos Especiais. Tudo isto somava os 3 milhões, 100 mil e 2 euros. -----

----- Sobre o Programa Equipamentos Desportivos notou que quando falava do complexo da piscina, o Executivo tentaria fazer todos os esforços para que dentro daquele orçamento coubesse uma requalificação do espaço do campo de jogos. -----

----- Concretamente sobre a revisão orçamental disse que a mesma visava dar corpo a duas realidades. Uma primeira, que tinha a ver com a incorporação do saldo de gerência que tinha resultado das contas apresentadas na Assembleia anterior, de 920 mil euros e, portanto, da incorporação desse saldo de gerência no orçamento de 2019, que tinha feito crescer o orçamento, dos 5 milhões para os cerca de 5,9 milhões. Uma segunda parte que tinha a ver com a incorporação da receita e da despesa correspondente de todos os Contratos de Delegação de Competências. -----

----- Sobre este aspeto acrescentou que no caso da alínea a), alínea b), alínea c) e alínea d) do Contrato de Delegação de Competências, a receita e a despesa eram totalmente incorporadas no orçamento e que no caso da alínea e) era incorporada parte desta receita e parte da despesa, porque os 3,1 milhões de euros eram para ser executados até ao final do mandato e, portanto, não faria qualquer sentido alocar esta verba toda ao ano 2019.--

----- Em seguida prestou alguns esclarecimentos sobre a forma como se iam utilizar estas verbas. Assim, disse que, relativamente à área da higiene urbana, no primeiro ano, esse reforço de verbas servia, fundamentalmente, para assegurar as despesas operacionais com trabalhadores, entre outras, de toda a área da higiene urbana, no sentido de fazer crescer a área da higiene urbana da Freguesia de forma a que se pudesse prestar um melhor serviço. -----

----- Como no primeiro ano não era fácil executar os 900 mil euros desta forma, propôs que no primeiro ano se fizesse investimento, na melhoria das condições dos postos de limpeza e na aquisição de mais equipamentos mecânicos para a higiene urbana, nomeadamente duas varredoras mecânicas de 2 metros cúbicos com muito mais capacidade que aquelas que existiam à data, mais roçadoras, mais sopradores, muitos deles elétricos, que permitiam trabalhar em algumas situações noturnas porque eram muito silenciosos. Em relação à melhoria das condições dos postos de limpeza, acrescentou que tinha havido, ainda antes daqueles contratos, um projeto que já fora

OK

A/A

adjudicado pela Junta de Freguesia de Arroios no sentido de se fazer a reabilitação total do Posto de Limpeza Aquiles Monteverde. -----

----- Finalmente, reiterou que, uma parte significativa dos 915 mil euros daqueles dois contratos da higiene urbana seriam, no ano de 2019, alocados a investimento e, naturalmente, também seriam alocados mais meios humanos, ao serviço da Junta de Freguesia de Arroios e das populações, sendo certo que aquele processo tinha condicionalismos do ponto de vista temporal. Ainda assim, tentar-se-ia agir rapidamente. -----

----- Relativamente aos outros contratos, afirmou que eram de aplicação direta, pelo que era da opinião que não fazia sentido fazer-se uma explicitação direta disso. -----

----- Relativamente aos 3,1 milhões de euros, aditou que tinham sido alocados, ao orçamento de 2019, cerca de 770 mil euros e que se deixaria a restante verba para a execução no exercício 2020 e 2021 em função daquilo que também era o ciclo normal de execução dos projetos, lançamento das empreitadas, etc. -----

----- **Membro Damião de Castro (PSD)**, afirmou que o orçamento era o documento mais importante que vinha à Assembleia, sendo mesmo mais importante que aprovar as contas, porque as contas eram o passado e o passado estava feito, e o orçamento era o futuro. Referiu também que, tal como o Professor Mário Centeno, que não gostava de revisões orçamentais, o PSD também não, ainda para mais quando eram feitas em maio, portanto, no fim do primeiro trimestre. -----

----- Referiu que o PSD estava muito indeciso sobre a votação no ponto em questão, porque, apesar do Executivo já ter feito alguns esclarecimentos, o PSD ainda tinha dúvidas sobre a necessidade de se fazer uma revisão orçamental naquele momento. Ainda, questionou se aquele assunto, que se referia à aplicação das verbas que resultavam da entrada de dinheiro, não deveria ser mais escrutinado e se não deveria ser discutido numa próxima reunião, na qual houvesse tempo para os membros da Assembleia poderem ler os documentos com mais profundidade, dado que os mesmos tinham chegado com atraso. Acrescentou que já abordava este tipo de temas no tempo em que o Bacalhau lá estava e continuava a dizer que, em assuntos desta natureza e para se dar os passos que o Executivo tinha proposto, eram precisos pelo menos quinze dias para analisar os documentos devidamente. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, referiu que esta revisão se tinha que fazer mesmo que não houvesse quaisquer verbas de contratos de transferência de competências, por causa da transferência do saldo de gerência - cerca de 900 mil euros - que não estava no respetivo orçamento inicial e que agora tinha que ser integrado nas contas. Para além disso considerou que, se iam ser assinados contratos até ao fim do ano e dado que na função pública os processos arrastavam-se e demoravam, esta revisão fazia sentido naquele momento. -----

----- Afirmou que na integração da parte das receitas estavam lá as verbas todas e que a revisão totaliza, em números redondos, 2 milhões e 600 mil euros, que incorporavam o saldo de gerência, os 100 mil euros, os 815 mil euros, os cerca de 29 mil euros, e estava uma verba de 778 mil euros daquele último contrato de 3 milhões e 100 mil euros. -----

----- Dado que tinha sido dito que o contrato de 3 milhões e 100 mil euros teria um adiantamento de 40%, o que dava 1 milhão e 240 mil euros, questionou porque é que

desse valor de 1 milhão de euros se integravam 778 mil euros e não 1 milhão e 240 mil euros.-----

----- Referiu que tinha feito um mapa em Excel e verificara que os bens de capital - que eram bens de investimento - somavam 563 mil euros, que estavam justificados pela varredora, pela piscina, 70 mil euros, pela reabilitação do Posto de Limpeza Aquiles Monteverde, pelo equipamento informático, que totalizava 50 mil euros em duas verbas e pelo parque infantil, 5 mil euros. Sobre o parque infantil disse que era interessante um valor de 5 mil euros para os parques e jardins. Ou seja, havia uma verba de 563 mil euros para capital e existiam cerca de 2 milhões de euros para despesas correntes. Dessas despesas correntes, as eleitas do PCP observaram algo que gostariam de ver esclarecido.-----

----- Assim, disse que se aprovou um Mapa de Pessoal que contemplava a possibilidade de entrada de mais 84 funcionários, 70 por concurso público e o restante através da mobilidade intercarreiras. Contando que já se estava em maio e que o concurso público não seria em junho, nem em julho e agosto que eram meses de férias, supôs que só em setembro haveria alguma coisa em concreto. Nesse sentido, fez umas contas simples e, havendo 64 funcionários a receber 635 euros, que era o salário base da função pública, e 20 com um salário médio de 1000 euros, com 4 meses de atividade [setembro, outubro, novembro, dezembro], chegava-se a um total de cerca de 240 mil euros, com imposto de cerca de 30%, incremento que não via nas Contas de Pessoal. ---

----- Acrescentou que, de acordo com as contas que tinha feito, o montante máximo que tinha para pessoal era de 15 mil euros, para “Pessoal Regime Tarefa Avença” era de 75 mil euros - facto que a deixava espantada por se voltar novamente ao regime de tarefa -, para “Remuneração para Doença” era 35 mil euros e para horas extraordinárias era de 60 mil euros. No entanto, apesar de ter tentado somar as verbas todas de forma grosseira e de ter considerado um valor superior, arredondado, entre 200 e 420 mil euros, não via refletido nas “Contas de Pessoal”, o tal incremento de 420 mil euros relativo aos contratos com o pessoal, que pensava que iam ser feitos.-----

----- Terminando, aditou que o incremento de 3 mil e 600 euros para a Proteção Civil e que o incremento de 20 mil euros para a remoção de *graffitis* e *tags*, que referiu serem um grande problema na Freguesia, eram reduzidos.-----

----- **Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas**, louvou a abordagem rigorosa e o contributo que o membro da Assembleia Fernanda Lacerda dava à Assembleia de Freguesia, dado que fazia sempre um esforço para analisar os documentos. -----

----- Reconheceu a crítica do membro da Assembleia Damião de Castro, dado que, apesar da Lei permitir que os documentos fossem entregues com um prazo menor, de facto era preciso ser feito um esforço para que os mesmos fossem fornecidos mais cedo, porque isso favorecia a forma como os partidos podiam intervir. -----

----- Respondendo às questões feitas pela eleita do PCP, nomeadamente a questão dos 40%, referiu que não era obrigatório que essa transferência fosse feita no total dos 40%. Assim, acrescentou que o Executivo tinha querido colocar, quer em receita, quer em despesa, aquilo que achava que era realista ser executado no presente ano, porque essa matéria não estava suficientemente definida e clarificada. -----

----- Sobre a questão das despesas com pessoal e dos concursos, disse que a Junta de Freguesia de Arroios conseguira, no ano passado, abrir concursos e integrar os precários em seis meses. Portanto, fora da opinião que esse crédito também tinha que ser levado em conta naquilo que era o planeamento dos novos concursos, sem prejuízo de se saber que os novos concursos tinham características distintas dos anteriores. Mas o Executivo não se poupava a esforços para que isso acontecesse e, portanto, disse que se ia conseguir integrar essas pessoas, rapidamente.-----

----- Sendo certo que a área da higiene era relativamente preponderante em termos de número de funcionários que seriam integrados através de concurso, havia também um aspeto que considerou ser importante realçar que era o aumento do Mapa de Pessoal para os técnicos superiores. Neste caso, referiu, já tinham sido abertos concursos de mobilidade interna na Administração Pública e já estava praticamente concluída uma primeira fase de entrevistas a potenciais interessados, nomeadamente para a carreira de técnico superior. -----

----- Ainda sobre a área da higiene urbana, disse que o processo de integração de uma grande quantidade de trabalhadores na higiene urbana, que correspondia a mais do que a duplicação da sua capacidade, tinha que ser realizado com alguma ponderação, porque aquele processo colocava problemas de gestão e problemas operacionais. Assim, o que a Junta ia fazer era, numa primeira fase, abrir um concurso, não para a totalidade dos sessenta e cinco, mas para um número ligeiramente inferior, para que se conseguisse, do ponto de vista orgânico, integrar as pessoas e que a sua capacidade de atuar no terreno fosse efetiva. Ainda, reiterou que integrar sessenta pessoas, de uma forma desorganizada, não seria a forma mais correta de o fazer. -----

----- Finalmente, concretizou que o Executivo tinha querido sinalizar a ambição do ponto de vista daquilo que era o esforço de aumento do quadro de pessoal, mas não o iria fazer de uma única vez, porque isso não seria adequado, nem do ponto de vista das condições efetivas de trabalho das pessoas, nem do ponto de vista operacional, nem do ponto de vista da eficácia do seu trabalho. -----

----- Relativamente ao facto de as contas com o pessoal não refletirem as contas feitas pela eleita do PCP, afirmou que isso tinha a ver com a matéria exposta anteriormente. --

----- Dado o esforço enorme de integração de trabalhadores precários, esclareceu que não se ia avançar com nenhum processo de precarização, nem de contratação de recibos verdes e que todas as pessoas que fossem contratadas neste regime seriam informadas que teriam um concurso e que deveriam concorrer. No entanto, aditou que numa primeira fase, poderia haver alguma externalização temporária de tarefas, enquanto os concursos não fossem efetivos, porque se não, partir-se-ia para o extremo oposto, em que só daqui a muitos meses haveria alguns funcionários a trabalhar efetivamente. -----

----- Relativamente à questão dos *tags*, esclareceu que, apesar da responsabilidade pela limpeza dos *tags* ser da Câmara Municipal de Lisboa, a Junta tinha ponderado substituir-se, em parte, à Câmara Municipal de Lisboa nesta matéria, porque a Câmara tinha tido um problema relacionado com uma impugnação judicial do seu concurso de limpeza de *tags* que tinha feito com que, durante um ano e meio, tivesse quase impedida, quer de concluir aquele procedimento, quer de fazer outro procedimento, de forma a colocar outros meios para esse trabalho. Dado que, desde janeiro, ou fevereiro

de 2019, toda essa matéria estava resolvida, a Câmara Municipal de Lisboa tinha retomado as suas competências nesta área e assim, de certa forma, a Junta diminuíra o seu ímpeto nesta matéria. -----

----- Relativamente à Proteção Civil, o Executivo tinha feito um esforço, quer ao nível dos voluntários, quer ao nível dos grupos voluntários, para dinamizar esta área. Assim, acrescentou que já fora feito algum investimento em 2019 na área da proteção civil, nomeadamente em termos de meios de comunicação e que o projeto para se fazer uma pequena “sala crise” nos Anjos se mantinha e ia ser concretizado, quer com o orçamento que existia, quer com o reforço previsto. -----

----- Sobre as passadeiras, disse que eram intervenções físicas e não de pintura, porque a pintura de passadeiras era uma competência própria da Junta, e era feita. Assim, as intervenções tinham a ver com a realização de novas passadeiras rebaixadas e acessíveis de acordo com o que estava definido no Plano de Acessibilidade Pedonal. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o Ponto 4 “1ª Revisão Orçamental de 2019 e apreciação da 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimento de 2019”, apresentada pelo Executivo da Junta de Freguesia de Arroios, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (9 do PS, 2 do BE, 1 do CDS-PP, 1 do Independente Vítor Teles e 5 abstenções (3 do PSD e 2 do PCP). -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, submeteu à votação a ata em minuta dos pontos, da presente ordem de trabalhos, sujeitos a votação: Ponto 2 – Discussão e autorização de celebração dos Contrato de Delegação de Competências e Contratos Interadministrativos entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios; Ponto 3 – 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2019; Ponto 4 – Análise, discussão, votação da 1ª Revisão Orçamental de 2019 e apreciação da 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimento de 2019, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, esgotada a ordem de trabalhos, deu por encerrada a sessão. Eram vinte e duas horas e oito minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1ºSECRETÁRIO Pedro Dias Laro 2ºSECRETÁRIO \_\_\_\_\_

-----PRESIDENTE-----